

Gerência/Diretoria: DIRAD/DIDES

Protocolo nº

Data: Hora:

Assinatura:



Nota nº /2016/DICOL/ANS

Referência: ANÁLISE PRELIMINAR DE IMPACTO REGULATÓRIO

Processo nº 33902.508478/2016-44

1. Definição do Escopo

A partir de discussões ocorridas no âmbito do Laboratório de Desenvolvimento, Sustentabilidade e Inovação Setorial (Lab-DIDES), instituído pela IS nº 06/15 da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, foi identificada a necessidade de promover um aprofundamento na análise de dois temas: “venda on line” e “uso de mecanismos financeiros de regulação para estímulo a concorrência e desenvolvimento setorial”.

Para tanto foi instituído um Grupo de Trabalho Interáreas para proceder a estudos, pesquisas e propostas de opções regulatórias acerca do tema uso de mecanismos financeiros de regulação para estímulo a concorrência e desenvolvimento setorial.

A presente Avaliação de Impactos Regulatórios será focada no tema “venda on line”, e inicialmente terá por propósito realizar uma análise inicial de impactos regulatórios, de modo promover considerações sobre os documentos produzidos a partir das discussões para fins de nortear as contribuições que se originarão da participação pública que ocorrerá, no período de 12/09/17 a 20/09/17, além de

servir para subsidiar as decisões da Diretoria Colegiada acerca das melhores escolhas regulatórias.

2. Contexto atual

Após duas rodadas do mencionado GT Interáreas houve a coleta de contribuições de alguns segmentos relacionados ao comércio eletrônico (fl. 5), tais como, a Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico. Além disso, foram coletadas contribuições de entidades representantes das operadoras, como Unimed do Brasil (fls. 26 e ss.) e do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Todos os documentos referidos encontram-se no site da ANS pelo link: <http://www.ans.gov.br/participacao-da-sociedade/camaras-e-grupos-tecnicos/grupo-tecnico-interareas-dides-dipro-e-difis>

Atualmente, a regulação da ANS sobre contratação de planos está calcada na premissa de que a efetiva adesão ao plano deva ocorrer presencialmente através da assinatura do contratante. Entretanto, ainda que haja o costume da formalização presencial, a contratação à distância vem ganhando força em inúmeros segmentos econômicos, conforme as estruturas do comércio eletrônico se aprimoram, garantindo segurança, comodidade e economicidade.

Dada a relevância dessa evolução social, houve a edição do Decreto nº 7.962, de 15 de março de 2013, em que se regulamentou o Código de Defesa do Consumidor (CDC) para dispor sobre o comércio eletrônico, garantindo-se o a proteção dos consumidores de forma genérica.

Além disso, nas rodadas de discussões do Lab-DIDES, foi apresentado um exemplo de contratação eletrônica de planos exclusivamente odontológicos que vem sendo operacionalizado por uma operadora há quatro anos aproximadamente.

Por essas razões, é necessário um debate no âmbito da saúde acerca da necessidade de disciplina dessa modalidade de contratação e qual seria seu conteúdo.

3. Definição dos cenários

Considerando-se que o comércio eletrônico é uma plataforma de negócios que em alguns segmentos pode ser a única forma de oferta, pretende-se nesse item desenhar alguns cenários de modo a fornecer subsídios para a melhor escolha regulatória que atinja a harmonização entre os interesses envolvidos.

Para a análise de impacto regulatório, foram elencados três cenários de regulamentação que possibilitassem avaliar alternativas para atingir o objetivo de trazer a melhor opção regulatória.

3.1 Cenário 1 – Sem Normatização Específica da ANS

O primeiro cenário a ser analisado, em consonância com os princípios da boa prática regulatória, consiste na análise da manutenção das regras vigentes. Nesse caso particular, essa opção se presta a testar a legitimidade da intervenção da ANS no plano privado das relações contratuais, primado pelo Princípio da Autonomia Privada.

O modelo regulatório atual, em princípio, não refuta a possibilidade de haver a comercialização eletrônica de planos. Isso se deflui da normatização pertinente, especialmente RN nº 85/04 e IN DIPRO nº 23/09, já que não se disciplina a vedação de haver a assinatura pelos meios eletrônicos considerados válidos juridicamente.

Além disso, conforme já exposto acima, no Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, há a disciplina do comércio eletrônico por meio do Decreto nº 7.962/13, sendo necessária uma apreciação dos outros motivos relevantes no âmbito da saúde suplementar que demandariam a edição de disciplina própria pela Agência.

3.2. Cenário 2 – Vedação da Contratação Eletrônica

Um plano de saúde não é um bem de consumo comum que não estabeleça dificuldades para sua compreensão pelos consumidores, de modo que há vieses da oferta e adesão de planos privados de saúde que merecem uma atenção, tais como a possibilidade de seleção de risco na contratação de beneficiários e assimetria de informações dos consumidores e das operadoras.

Essas falhas de mercado já identificadas pela fiscalização das normas em vigor sobre contratação de planos de saúde podem ser agravadas pela comercialização eletrônica.

Desse modo, uma opção a ser considerada seria a vedação absoluta da aceitação da contratação à distância por meio da internet, coibindo tal prática pelos meios inibitórios a disposição da ANS.

3.3. Cenário 3 – Normatização pela ANS da Contratação Eletrônica

A regulação setorial preconizada pela Agência deve observar as transformações sociais relevantes, de modo a contemplar e disciplinar aquilo que possua um interesse público identificado.

Além disso, há inúmeras vantagens que o comércio eletrônico pode trazer para o setor que foram observadas em outras searas econômicas, tais como, diminuição do preço, incremento da concorrência e da acessibilidade.

Sendo certo que a princípio a normatização em vigor não vedaria essa plataforma, há que se dispor acerca de certos aspectos da contratação que são peculiares na contratação eletrônica, v.g., início de vigência do contrato, validade da assinatura eletrônica e exercício do direito de arrependimento.

4. Análise de impactos dos cenários

A seguir, é apresentada a análise de cada um dos cenários estabelecidos para a solução do problema detectado.

Nesta avaliação, conforme exposto anteriormente, foram considerados os pontos positivos e negativos de cada cenário regulatório, assim como os prováveis impactos.

Em cada um dos cenários serão apresentadas as características que o compõem e as eventuais particularidades.

	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Início de Vigência contratual	Regras atuais: será a data da assinatura contratual ou do primeiro pagamento (Parecer GECOS/PROGE nº 355/07).	Considerando-se a vedação plena, esse impacto não haveria.	Poderá haver uma regra mais específica de modo a dar mais segurança jurídica a essa modalidade de contratação.
Informações ao consumidor no momento da contratação	Regras atuais: as informações aos contratantes de um plano de saúde são prestadas pelas cláusulas contratuais, seguindo a orientação prestada pelo preposto da operadora. Desse modo, além do contrato principal há documentos que devem ser entregues e são: Carta de Orientação ao Beneficiário, Manual de	Considerando-se a vedação plena, esse impacto não haveria.	As informações serão obtidas, através do site da operadora, devendo haver canais de atendimento para maiores subsídios por prepostos da ofertante. Além disso, a existência do direito de arrependimento irá proporcionar ao consumidor um prazo de reflexão após a adesão o que configura uma vantagem em relação à

	Orientação para Contratação de Planos de Saúde (MPS) e Guia de Leitura Contratual (GLC), na forma do art. 3º da RN nº 162/07 e dos artigos 24 e 25 da RN nº 195/09.		contratação presencial. Por fim, a formatação da apresentação das cláusulas, na plataforma eletrônica, possui recursos próprios que podem gerar mais eficácia no alerta ao contratante.
Validade das assinaturas eletrônicas (assimetria de informação da situação de saúde aderente)	Regras atuais: Assinatura presencial colhida com a participação de um preposto da operadora.	Considerando-se a vedação plena, esse impacto não haveria.	Necessidade de norma da ANS para dispor acerca das opções de assinatura que serão consideradas válidas para efeito de adesão e autenticidade da declaração de saúde e recebimento da Carta de Orientação ao Beneficiário, do Manual de Orientação para Contratação de Planos de Saúde (MPS) e Guia de Leitura Contratual (GLC).
Exercício do Direito de Arrependimento	Regras atuais: Não há.	Considerando-se a vedação plena, esse impacto não haveria.	Considerando-se as disposições do CDC e do Decreto nº 7962/13, haverá o direito de arrependimento nessa modalidade de contratação. Os impactos positivos esperados serão: maior incremento da concorrência a fim de evitar que o consumidor faça uso desse direito e maior tempo de

			reflexão sobre uma contratação complexa. O principal impacto negativo seria a possibilidade de manifestação do risco moral de usar o plano e ao cabo de 7 dias de vigência exercer seu direito de arrependimento.
--	--	--	---

5. Considerações finais

Considerando-se que essa análise é preliminar para situar os cenários inicialmente visualizados, entende-se que caberá um aprofundamento após as contribuições oriundas da participação pública, a fim de que sejam complementadas as simulações com desenvolvimento da ferramenta de análise intermediária.

Nesse momento, a princípio a melhor conduta será trabalhar com a opção de normatização dessa forma de contratação, a fim de promover a disciplina de certas circunstâncias peculiares.

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 2016.

KARLA SANTA CRUZ COELHO

Diretora da DIPRO

MARTHA REGINA DE OLIVEIRA

Diretora da DIDES

SIMONE SANCHES FREIRE

Diretora da DIFIS e DIOPE